CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DO PARANÁ

Fernanda Silva Géa (PIC/UEM), Ana Julia Salinas Verri (PIC/UEM), Fernando Lazaretti Onorato Silva (Co-orientador), Vânia de Fátima Matias (Orientadora). E-mail: fsilvagea@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Ciências da Saúde: Educação Física

Palavras-chave: Formação Inicial; Curricularização da extensão; Políticas educacionais.

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar a percepção dos estudantes de Educação Física acerca da implementação da Resolução CNE/CES nº 7/2018 nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, considerando suas implicações na formação inicial. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo. Foi aplicado um questionário com questões objetivas e subjetivas. Participaram 194 estudantes. Os resultados evidenciaram que os estudantes compreendem a curricularização da extensão principalmente como uma obrigatoriedade curricular e como oportunidade de formação profissional, aproximação com a comunidade e articulação entre teoria e prática. Como aspectos potencialidades, destacaram-se a descoberta de novas áreas e o desenvolvimento profissional, enquanto as fragilidades referem-se a sobrecarga horária e dificuldades de conciliação e acesso. Conclui-se que, apesar dos desafios, a extensão é reconhecida como relevante para a formação acadêmica e profissional.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão constitui uma oportunidade de aproximação entre a universidade e as necessidades das comunidades locais, abrangendo questões relacionadas ao emprego, renda, moradia, justiça, segurança, preconceito e saúde (Gadotti, 2017). Apresenta caráter emancipatório, podendo contribuir significativamente para a formação acadêmica e a prática profissional dos estudantes (Fagundes, 2009). A vivência de atividades de pesquisa e extensão durante a graduação pode favorecer uma formação diferenciada, ao possibilitar a articulação entre os conhecimentos acadêmicos e as demandas sociais (Vieira; Dalmolin, 2015). Esse processo contribui para a formação integral dos estudantes, promovendo a interação entre os conteúdos específicos de cada área do conhecimento e a sociedade (Antunes; Padilha, 2010). A Resolução CNE/CES nº 7/2018, estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e

determina que suas atividades componham, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação (Brasil, 2018). Dessa forma, a extensão passa a constituir componente curricular obrigatório, fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Diante desse contexto, questiona-se: como os estudantes percebem a implementação das políticas de curricularização da extensão? Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos estudantes de Educação Física acerca da implementação da Resolução CNE/CES nº 7/2018 nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, considerando suas implicações na formação inicial.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo (Minayo, 2012). Utilizou um questionário eletrônico, aprovado pelo parecer nº 7.706.215, vinculado ao projeto guarda-chuva "Curricularização da extensão universitária: impactos das políticas curriculares na constituição identitária na formação inicial". O questionário foi elaborado na plataforma *Google Forms* e encaminhado por meio do *WhatsApp* e *Gmail* a professores e estudantes dos cursos de Educação Física das IES estaduais do Paraná que apresentam a extensão como componente obrigatório em sua matriz curricular. O questionário foi organizado em três etapas. Inicialmente, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cuja participação foi condicionada à concordância expressa dos participantes. Em seguida, foram coletadas informações para caracterização da amostra, incluindo gênero e série cursada, preservando-se a confidencialidade dos participantes. Por fim, foram apresentadas questões objetivas e discursivas destinadas à compreensão das percepções dos participantes acerca da curricularização da extensão. Participaram 194 estudantes dos cursos de graduação em Educação Física da UEM, UNESPAR, UENP, UNICENTRO e UEPG,

Após a coleta, as respostas foram organizadas e categorizadas tematicamente. Conforme Bardin (2011), a categorização possibilita e representa de forma simplificada os dados brutos, favorecendo sua posterior análise e interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo obteve 206 respostas, das quais 194 foram validadas, correspondendo a acadêmicos(as) de Educação Física de Instituições de Ensino Superior (IES) do Paraná que aceitaram participar da pesquisa. A amostra foi composta por 55,7% do gênero masculino e 44,3% do gênero feminino. Quanto às instituições, 43,8% eram da Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus sede; 37,6% da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); 7,7% da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí; 4,2% da UEM, campus de Ivaiporã; 4,1% da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Irati; e 2,6% da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Jacarezinho. Em relação à habilitação, 64,4% cursavam bacharelado, 33% licenciatura, 2,1% a segunda habilitação em bacharelado e 0,5% a segunda habilitação em licenciatura.

Quanto ao ano do curso, 36,6% estavam no 1º ano, 25,8% no 2º, 21,6% no 3º e 16% no 4º ano. Sobre o período de estudo, 59,3% frequentavam o curso no período matutino, 29,9% no noturno e 10,8% em período integral. Quanto às atividades realizadas além dos estudos, 29,4% possuíam trabalho remunerado, 27,8% estágio obrigatório, 25,8% estágio não obrigatório e 16% não realizavam outra atividade.

A primeira questão abordou a percepção dos estudantes sobre o conceito da curricularização da extensão. A categoria mais frequente foi a obrigatoriedade curricular e da carga horária, seguida pela compreensão da extensão como atividade de formação profissional e atividade voltada à comunidade. Quanto às potencialidades, destacaram-se a exploração de novas áreas e a descoberta de interesses, além da integração entre teoria e prática, do desenvolvimento profissional e do enriquecimento curricular. Das fragilidades, destacam-se a excessividade de atividades relacionadas à carga horária excessiva, à falta de horários e ao desenvolvimento de projetos que não correspondiam aos interesses pessoais dos estudantes. Em relação aos impactos da curricularização no desenvolvimento acadêmico, destacou-se a formação profissional e a articulação entre teoria e prática, seguidas pela ampliação de experiências, desenvolvimento pessoal, aproximação com a comunidade e formação cidadã. Os relatos sobre experiências vivenciadas pelos discentes apresentaram percepções contrastantes. Sobressaíram as vivências positivas relacionadas à aprendizagem, formação e aproximação com a prática. Também foram identificados desafios quanto ao nível de envolvimento dos acadêmicos, com ocorrência de respostas indicando ausência de experiência ou participação, além de dificuldades de acesso, horários e carga horária.

Os achados nos relatos dos participantes destacaram a preocupação com a carga horária e a sobrecarga acadêmica. Os estudantes também apontaram a necessidade de melhorias nos horários, acessibilidade e conciliação das atividades, além da ampliação e diversificação das oportunidades de extensão.

CONCLUSÕES

O estudo conclui que os(as) acadêmicos(as) de Educação Física das IES do Paraná compreendem a curricularização da extensão como uma obrigatoriedade curricular que possibilita a articulação entre os conhecimentos adquiridos na graduação e a prática, aproximando a universidade da comunidade. Apesar de reconhecerem sua relevância para a formação profissional, os estudantes relatam dificuldades para cumprir a carga horária destinada às atividades extensionistas, principalmente em razão da sobrecarga acadêmica e da dificuldade de conciliação de horários. Por outro lado, a extensão é percebida como uma oportunidade de aprendizagem, descoberta de novas áreas de interesse e desenvolvimento profissional. Nesse sentido, a análise das percepções discentes mostra-se relevante para subsidiar reflexões institucionais sobre a implementação da curricularização da extensão nas IES do Paraná. Considerar as experiências dos estudantes pode contribuir para o aprimoramento das práticas extensionistas, fortalecendo a formação acadêmica e a relação entre universidade e comunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Educação Física e Políticas Educacionais (GEEFE) por todo auxílio durante o processo de execução do estudo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A.; PADILHA, P. R.. Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas. In: **Educação cidadã, educação integral**: fundamentos e práticas. 2010. p. 123-123.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 27 de ago. de 2025.

BRASIL**.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 243, p. 49-50, 19 dez. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?format=html&lang=ptAcesso em: 25 de ago. de 2026.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê? Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2017.

VIEIRA, A. J. H.; DALMOLIN, B. M. Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. In: **EDUCARE**: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015. p. 7186-7201.